



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

13479 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT10 - Alfabetização, Leitura e Escrita

REFLEXOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NA ALFABETIZAÇÃO: ESTUDO BIBLIOGRÁFICO E DOCUMENTAL SOBRE A TEMÁTICA

Ilsa do Carmo Vieira Goulart - UFLA - Universidade Federal de Lavras

Giovanna Rodrigues Cabral - UFLA - Universidade Federal de Lavras

Agência e/ou Instituição Financiadora: Fapemig - Edital 01/2021 Demanda Universal (

REFLEXOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NA ALFABETIZAÇÃO: ESTUDO BIBLIOGRÁFICO E DOCUMENTAL SOBRE A TEMÁTICA

Resumo

Neste texto compartilha-se os resultados parciais obtidos com as investigações desenvolvidas numa pesquisa mais ampla, que contou com o financiamento da Fapemig Demanda Universal. Com a suspensão de aulas presenciais, devido a pandemia de COVID-19, o ensino remoto emergencial (ERE) foi instituído para a continuidade das práticas educativas na alfabetização e, com dele, professores passaram a recorrer ao uso das TDICs para promover um ensino híbrido e tornar possível a aprendizagem da leitura e da escrita das crianças. Assume-se como objetivo apresentar a etapa inicial das ações investigativas, que visa identificar as principais discussões teóricas a respeito do ensino remoto direcionadas ao contexto da alfabetização. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa. O registro dessa etapa consistiu no levantamento documental de legislações, notícias, entrevistas, relatos e na revisão bibliográfica de pesquisas acadêmicas publicadas em plataformas e sites de associações, tomando por base o tema da alfabetização na pandemia, no período de 2020 a 2021, e como referência a instituição do ERE. A partir das consultas às bases de dados, encontrou-se textos que registram a consciência das desigualdades sociais e educacionais no Brasil, as tentativas de adaptação e a busca pela formação docente.

Palavras-chave: Formação docente; alfabetização; pandemia.

Com a declaração do Estado de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, o Ministério da Educação instituiu a substituição das rotinas presenciais por práticas educacionais remotas, mediadas pelas tecnologias digitais de informação e comunicação. Partindo da mudança do modelo de ensino, inúmeras atividades foram proporcionadas por meio de tecnologias digitais, como as plataformas para ensino remoto, os aplicativos de gravação e disponibilização de podcasts, e os recursos de criação e compartilhamento de vídeos com conteúdo de ensino, juntamente com o uso de materiais impressos, os quais auxiliaram os professores a potencializarem a práxis docente e a continuidade aos processos de ensino e de aprendizagem remotos. Foram muitos os desafios no período, o que pode ser corroborado pela Pesquisa Undime sobre Volta às Aulas, publicada em 2021, que aponta que 50% das escolas municipais do Brasil, a maioria de grande porte, reforçaram a formação continuada da equipe docente em 2020, abordando temas como segurança sanitária, tecnologias para ensino remoto, acolhimento e competência socioemocionais, planejamento curriculum continuum, protocolos pedagógicos, avaliação de aprendizagem, implementação de ensino híbrido, reorganização do calendário letivo 2020 e 2021, entre outros (BRITTO, 2022). Quanto aos dilemas socioeconômicos dos estudantes, segundo Idoeta (2021), crianças vulneráveis de 5 a 10 anos de idade foram um grupo particularmente sensível às dificuldades dos mais de 18 meses de ensino remoto na pandemia. Isto se deu por dois motivos: as crianças estão em uma fase crucial de seu desenvolvimento escolar, a da alfabetização e da consolidação da leitura, da escrita e dos fundamentos matemáticos; e elas têm pouca autonomia no ensino remoto, e, portanto, o contato próximo aos professores fez muita falta e os pais e/ou responsáveis não conseguiriam atender as necessidades e obrigações escolares, visto que não tinham a formação, ou preparo, equivalente à de um professor. Diante desta realidade, foi necessário refletir sobre as seguintes questões: Quais ações auxiliaram o planejamento e a elaboração de propostas pedagógicas de alfabetização de crianças no país? Quais saberes docentes foram mobilizados durante o ensino remoto no ciclo de alfabetização? De que forma a inserção de recursos tecnológicos se concretizou nas redes de ensino? O que os estudos teóricos e os documentos oficiais discutem e/ou orientam em relação ao trabalho remoto? Frente a tais questões, propôs-se um projeto de pesquisa aprovado pela chamada FAPEMIG Demanda Universal (2021), que buscou compreender a formação docente e flexibilização do ensino na alfabetização durante a pandemia. Para a escrita deste texto optou-se por apresentar a etapa inicial das ações investigativas, que visa identificar as principais discussões teóricas a respeito do ensino remoto direcionadas ao contexto da alfabetização. Diante disso, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa, das produções acadêmicas e das legislações. O registro da etapa inicial da investigação consistiu em um levantamento documental de legislações, notícias, entrevistas, relatos e uma revisão bibliográfica de pesquisas acadêmicas publicadas em plataformas e nos sites de associações, tomando por base o tema da alfabetização na pandemia, no período de 2020 a 2021, e como referência a instituição do ERE. Para conhecer a trajetória da Alfabetização durante a

Pandemia no Brasil e em Minas Gerais, realizou-se, inicialmente, uma pesquisa documental, por ser uma metodologia que recorre a fontes mais diversificadas, auxiliando na contextualização histórica, cultural, social e econômica de um lugar ou grupo de pessoas, em determinado momento da história. A realização deste tipo de pesquisa seguiu três etapas, sendo elas a pré-análise, a organização do material e a análise dos dados coletados. Durante a primeira etapa, definiu-se as hipóteses da pesquisa, ou seja, o que se pretendia conhecer sobre a Alfabetização na Pandemia. Em seguida, iniciou-se a fase de organização do material, como a busca por notícias e documentos oficiais, partindo do contexto nacional, com informes do Diário Oficial da União, para o contexto local, por meio de portais de notícias do estado de Minas Gerais, redes sociais e sites da Secretaria de Educação. Para cada esfera (federal e estadual), pesquisou-se o mês e o ano, desde janeiro de 2020 a dezembro de 2021. Conhecendo o contexto e revisando a história da alfabetização remota e híbrida, complementou-se os estudos com a consulta das legislações, portarias e pareceres, que regeram a educação nesse período. Ademais, nos próprios documentos apareceram menções de pesquisas quanto ao impacto da pandemia na educação, sendo salvas para análise juntamente com artigos, capítulos de livro, anais de eventos, que problematizaram as políticas públicas e ações alfabetizadoras dos anos 2020-2021. Com os documentos selecionados foi feita a catalogação no formato de tabelas, reunindo as informações como "Data", "Autoria", "Título", "Fonte", "Palavras-Chave" e "Resumo". Na figura abaixo, temos a imagem da planilha construída para o armazenamento dos dados da pesquisa.

Figura 1. Levantamento documental

A	B	C	D	E	F
DATA	Autoria	Título	Fonte	Palavras-chave	Resumo
1996/12/29	BRASIL	LEI DE DIRETRIZES E BASES	BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases. LDB. Lei nº 9.394/1996	SERVIÇOS COM PONTO	CONTEXTO, OBJETIVOS, METODOLOGIA, RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS
2017/05/25	BRASIL	DECRETO Nº 9.057, DE 25 DE MAIO DE 2017	BRASIL. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017	REGULAMENTAÇÃO DO ENSINO A DISTÂNCIA	Regulamento o art. 8º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
2018	BRASIL	BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR	BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular	A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que delimita o conteúdo essencial de aprendizagens e habilidades básicas a serem desenvolvidas por todos os estudantes da educação básica.	
2019/12/06	BRASIL	PORTARIA Nº 2.117, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019	BRASIL. Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019	Carga horária	Dispõe sobre a carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação e pós-graduação.
2020/02/06	BRASIL	LEI Nº 13.878, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020	BRASIL. Lei nº 13.878, de 6 de fevereiro de 2020	Enfrentamento da COVID-19	Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.
2020/03/17	BRASIL	PORTARIA Nº 343, DE 17 DE MARÇO DE 2020	BRASIL. Portaria nº 343, de 17 de março de 2020	Substituição de aulas presenciais	Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus.
2020/04/01	BRASIL	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 924, DE 1º DE ABRIL DE 2020	BRASIL. Medida Provisória nº 924, de 1º de abril de 2020	Medida Provisória Ano Letivo	Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior.
2020/04/28	BRASIL	DECRETO Nº 10.329, DE 28 DE ABRIL DE 2020	BRASIL. Decreto nº 10.329, de 28 de abril de 2020	Decreto Federal	Definição de ser Altera o Decreto nº 10.262, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.878, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
2020/04/28	BRASIL	PARECER CNE/CP Nº 5/2020	BRASIL. Parecer CNE/CP nº 5/2020	Ministério da Educação	Orientações da educação não presencial em face da Pandemia da COVID-19
2020/06/03	BRASIL	PORTARIA Nº 510, DE 3 DE JUNHO DE 2020	BRASIL. Portaria nº 510, de 3 de junho de 2020	Ministério da Educação	Promove o prazo previsto no art. 1º da Portaria MEC nº 378, de 3 de junho de 2020.
2020/06/16	BRASIL	PORTARIA Nº 544, DE 16 DE JUNHO DE 2020	BRASIL. Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020	Ministério da Educação	Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19, e revoga as Portarias MEC nº 378, de 3 de junho de 2020, e nº 510, de 3 de junho de 2020.
2020/07/07	BRASIL	PARECER CNE/CP Nº 11/2020	BRASIL. Parecer CNE/CP nº 11/2020	Ministério da Educação	Orientações para a realização de aulas e atividades pedagógicas presenciais e não presenciais no contexto da Pandemia da COVID-19
2020/07/09	BRASIL	PARECER COVID-19 - Volta às Aulas	BRASIL. Parecer COVID-19 - Volta às Aulas	Ministério da Educação	Orientações para a realização de aulas e atividades pedagógicas presenciais e não presenciais no contexto da Pandemia da COVID-19
2020/08/18	BRASIL	RESOLUÇÃO PARECER CNE/CP Nº 19/2020	BRASIL. Resolução Parecer CNE/CP nº 19/2020	Ministério da Educação	ATIVIDADES PEDAGÓGICAS PRESENCIAIS
2020/08/18	BRASIL	LEI Nº 14.040, DE 08 DE AGOSTO DE 2020	BRASIL. Lei nº 14.040, de 8 de agosto de 2020	Ministério da Educação	Estabelece o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.
2020/10/06	BRASIL	PARECER CNE/CP Nº 15/2020	BRASIL. Parecer CNE/CP nº 15/2020	Ministério da Educação	Normas educacionais
2020/10/09	BRASIL	PARECER CNE/CP Nº 16/2020	BRASIL. Parecer CNE/CP nº 16/2020	Ministério da Educação	Orientações pedagógicas
2020/12/06	BRASIL	PARECER CNE/CP Nº 19/2020	BRASIL. Parecer CNE/CP nº 19/2020	Ministério da Educação	Revisão do item 6 (orientações para o atendimento ao público da educação especial) do Parecer CNE/CP nº 15/2020, que estabelece normas educacionais para o atendimento ao público da educação especial.

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Ao todo, foram encontradas 27 legislações, sendo 20 federais e 7 estaduais que orientaram o ensino durante a pandemia. Com base nessas publicações foi possível escrever o relatório inicial da pesquisa, na forma de retrospectiva, desde o início da pandemia da COVID-19, até a implementação do modelo de ensino híbrido. Com os fichamentos dos documentos, seguiu-se para a análise das informações, sendo guiadas pelas problematizações da pesquisa maior. Posteriormente, partindo da rememoração dos acontecimentos por meio dos documentos, complementou-se as informações com o levantamento bibliográfico, utilizando-se das

orientações de Galvão (2009), a qual sistematiza esta metodologia de pesquisa em 5 passos. Primeiramente, delimitou-se o tema, sendo selecionado a temática "Alfabetização na Pandemia", juntamente com os indexadores "Educação na Pandemia", "Alfabetização Remota", "Ensino Remoto"; além disso, foi necessário colocar filtros, como os anos das publicações (2020 e 2021) e a localidade (Brasil e Minas Gerais). Com a temática delimitada, seguiu-se para a definição das fontes de consulta. Galvão (2009) recomenda as bases de dados bibliográficos, por conterem informações de melhor qualidade. Nesse sentido, optou-se pela utilização das plataformas Scielo, Sucupira, Capes e Google Acadêmico. Porém, foi necessário complementar as consultas, pelo pouco material encontrado nas fontes citadas, optando-se por anais de eventos promovidos pela ANPEp e ABALF no período. A partir de um número significativo de referências, realizou-se o terceiro passo, que foi a leitura dos resumos destes documentos a fim de se escolher quais textos se aproximavam dos objetivos da pesquisa. Os arquivos escolhidos compuseram o organograma abaixo, que dispõem das seguintes informações coletadas nos textos: autoria, título, instituição, palavra-chave, resumo e link.

Figura 2. Organograma de estudo bibliográfico

FORMAÇÃO DOCENTE E FLEXIBILIZAÇÃO DO ENSINO NA ALFABETIZAÇÃO: UM ESTUDO DOS IMPACTOS DA INSERÇÃO DE RECURSOS DIGITAIS E METODOLOGIAS ATIVAS EM PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

V CONBALF 2021 - Congresso Brasileiro de Alfabetização

ANAI DO 5º CONGRESSO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO: http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/V_CBA/ppr

AUTORIA	TÍTULO	INSTITUIÇÃO	PALAVRA CHAVE	RESUMO	LINK
Liliane do nascimento e silva, Rayane Andrade, Laysa Noronha Machado, Viviane Gislaíne Caetano	O ENSINO DE LINGUA PORTUGUESA NO CONTEXTO DE PANDEMIA: limites e possibilidade de uma prática inclusiva	UFPA - Universidade Federal do Pará	Ensino Remoto; Educação Especial; Língua Portuguesa	O artigo analisa as práticas pedagógicas de três professoras da rede privada do Ensino Fundamental I de Icoaraci - PA, para ensino de Língua Portuguesa no atual contexto de educação remota.	http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/V_CBA/ppr/paper/viewFile/1299/840
Sonia Aparecida Bays	ALFABETIZAÇÃO E INFÂNCIA EM TEMPOS DE PANDEMIA	UFMS - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	Pandemia; Educação Infantil; Ensino Remoto; Aprendizagem	O artigo analisa o contexto social de uma escola pública e as práticas de Ensino	http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/V_CBA/ppr/paper/viewFile/1420/928

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Pode-se destacar, a partir da coleta das informações, a diferença de atuação na educação entre a esfera pública e a esfera particular. As instituições particulares se anteciparam, com a rápida adesão ao formato remoto, formações do uso de tecnologias e metodologias ativas para os docentes, enquanto nas escolas públicas, houve a dificuldade dos estudantes no contato com a tecnologia, além do acentuado problema para com o acesso a alimentação, boas condições de estudos em casa e de saúde física e mental. Com efeito, a preocupação com a alfabetização estava presente em debates, pesquisas e políticas públicas antes da pandemia. Ângelo e Macedo (2020) apontaram para a dicotomia entre “alfabetizar” e “letrar”, já era abordada por Freire, com sua proposta de um conceito abrangente de alfabetização, cujo foco principal encontra-se no contexto social, político e cultural dos alfabetizandos. Nesse sentido, a

alfabetização foi apresentada como uma ação cultural para a liberdade, um aprendizado que não fica somente na sala de aula, mas no mundo, em diversos contextos culturais, sociais e políticos. Com base nessa discussão, as pesquisadoras introduzem o papel da família na alfabetização, em especial no período remoto. Ainda que o Governo de Minas Gerais tenha disponibilizado material escrito padronizado, denominado Planos de Estudos Tutorados (PET), Ângelo e Macedo (2020) perceberam as dificuldades das famílias, seja pela falta de formação específica ou pela sobrecarga em encaixar mais uma tarefa em suas rotinas, explicitando que a principal diferença observada entre o ensino presencial e o remoto foi a figura dos adultos como elo principal da interação entre professora e alunos. Diante das alterações advindas com o ensino remoto Tassoni (2021) aponta que o ensino remoto emergencial foi sendo organizado de forma descentralizada e heterogênea, a partir de orientações oficiais do governo de Minas Gerais, as quais envolveram o uso de plataformas digitais (Padlet, Google, Youtube), TV aberta para veiculação de vídeos educativos curtos ou de contação de histórias e das atividades impressas para serem retiradas nas escolas. A pesquisadora evidencia as restrições de circulação, as dificuldades de acesso, por falta de internet banda larga e de equipamento apropriado, que levaram as professoras a buscar outras formas não previstas de contato com os estudantes e famílias (como o Whatsapp, E-mail e o Telegram Messenger). Quanto ao papel do trabalho coletivo no período remoto, Tassoni (2021) revela que foi um momento em que os docentes se apoiavam fervorosamente por meio do compartilhamento das aprendizagens com a tecnologia, experiências adquiridas da pandemia e a formação continuada nas escolas. De acordo com as discussões preliminares reveladas, foi possível estruturar um blog, o qual, neste ano de 2023, disponibiliza o levantamento documental e bibliográfico estruturado em 2022, contendo tabelas, organogramas, vídeos de curta duração e demais conteúdos sobre a temática da pesquisa, visando fomentar discussões e compartilhamento de saberes. Além do blog, foi possível construir uma retrospectiva contendo informações expressas tanto em documentos oficiais, quanto em produções científicas. A partir do estudo, pode-se observar, no início do ano de 2020, a pouca atenção à gravidade da transmissão do vírus nas escolas, visto que somente decidiu-se incorporar o modelo remoto em março, ainda com ressalvas na parte organizacional, tecnológica e formativa. Houve escolas que não mantiveram o contato com os estudantes no primeiro semestre de 2020, por dificuldade de alteração de calendário e de amparo técnico, pois a maioria dos discentes, e parcela dos docentes, não tinham materiais para as aulas à distância, como também houve casos de crianças que não conseguiram acompanhar as atividades, mesmo elas sendo impressas, por falta de um adulto ao seu lado auxiliando. Ressalta-se que o cenário da alfabetização brasileira sofreu impactos negativos, sendo necessário o esforço das políticas públicas para reverter esse cenário causado pela pandemia, por meio da realização de projetos de alfabetização e letramento, a manutenção do contato com as famílias, o amparo de atividades com a comunidade para superar a desigualdade de acesso à educação, bem como aprimorar a formação continuada docente e familiar quanto às tecnologias digitais de informação e comunicação, e metodologias ativas. Por fim, a partir das consultas às bases de dados, encontrou-se textos que registram a consciência das desigualdades sociais e educacionais no Brasil, as tentativas de adaptação e a

busca pela formação docente. No entanto, verificou-se impasses no quesito preparo técnico-pessoal, tanto das famílias, quanto das equipes pedagógicas, a falta de equipamentos e a não superação dos problemas de leitura e escrita. Pelas informações encontradas, reconhece-se a necessidade de investimentos na formação docente para o uso das tecnologias no ensino, da contínua comunicação com as famílias e na efetivação de projetos de alfabetização.

REFERÊNCIAS

ANGELO, Ana Cláudia; MACEDO, Maria do Socorro Alencar. **Alfabetização na Pandemia da COVID -19: Novas estratégias de interação entre professora, famílias, alunas e alunos de uma turma de 1º ano durante o ensino remoto.** 14ª Reunião Regional Sudeste ANPEd (2020). Disponível em: http://anais.anped.org.br/regionais/sites/default/files/trabalhos/23/7692-TEXTO_PROPOSTA_COMPLETO.pdf . Acesso em: 20 out. 2022.

BRITTO, Débora Souza. **De que formação continuada precisamos? CENPEC.** 03 mai. 2022. Disponível em: <https://www.cenpec.org.br/noticias/formacao-continuada-hoje> . Acesso em: 07 ago. 2022.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa. **O levantamento bibliográfico e a pesquisa científica.** 2009. Disponível em: http://www2.eerp.usp.br/nepien/disponibilizararquivos/levantamento_bibliografico_cristianegal . Acesso em 21 fev. 2022.

IDOETA, Paula Adamo. **Pandemia deve intensificar abandono de escola entre alunos mais pobres.** BBC News Brasil. 23 jul. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53476057> . Acesso em: 02 jul. 2022.

TASSONI, Elvira Cristina Martins. A alfabetização e o ensino remoto emergencial: as (im) possibilidades do trabalho pedagógico. 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021). Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_2_10 . Acesso em: 19 out. 2022.

UNIÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO. UNDIME. **Balanco 2020: impacto da pandemia na educação vai além do fechamento de escolas.** 22 fev. 2021. Disponível em: <https://undime.org.br/noticia/22-02-2021-12-17-balanco-2020-impacto-da-pandemia-na-educacao-vai-alem-do-fechamento-de-escolas> . Acesso em: 12 jul. 2022.